

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.562.737 - RJ (2019/0237675-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**AGRAVANTE** : **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**AGRAVADO** : **SINDICATO DOS TRAB.EM EDUCACAO DA U.F.DO RIO DE JANEIRO**  
**AGRAVADO** : **CARLOS PASSOS**  
**AGRAVADO** : **ANTONIO SEVERINO DA SILVA**  
**AGRAVADO** : **HUMBERTO ARAUJO**  
**AGRAVADO** : **JOSE MARTINS MARCELINO**  
**AGRAVADO** : **CARLOS ALBERTO MACARIO**  
**ADVOGADOS** : **ANDRÉ ANDRADE VIZ - RJ057863**  
: **VICTOR COUTO DOS SANTOS - RJ172275**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo de decisão que inadmitiu Recurso Especial interposto (art. 105, III, "a" e "c", da CF/88) contra acórdão assim ementado (fls. 509-522, e-STJ):

**APELAÇÃO - EXECUÇÃO AUTÔNOMA DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA - DEDUÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS INDEVIDAMENTE - IMPOSSIBILIDADE - IMPROVIMENTO** 1. Trata-se de apelação interposta contra a sentença que, afastando a alegação de litispendência e a prejudicial de prescrição, julgou improcedente o pedido formulado nos embargos, determinando o prosseguimento da execução, relativa ao índice de 3,17%, com base nos cálculos apresentados pelos exequentes.

2. In casu, os embargados apresentaram todos os documentos necessários à demonstração de sua qualidade de substituídos abrangidos pelo título proferido no processo coletivo, dando início à execução, pleiteando, exclusivamente, os valores relativos ao período compreendido entre janeiro de 1995 e junho de 1998.

3. A Medida Provisória nº 2225-45/2001 reconheceu o direito dos servidores ao índice de 3,17% a partir de janeiro de 1995, sendo o reajuste incorporado a partir de 1º de janeiro de 2002. Quanto aos atrasados, relativos ao período compreendido entre janeiro de 1995 e dezembro de 2001, a referida Medida Provisória determinou que fossem pagos em até sete anos, nos meses de agosto e dezembro, a partir de dezembro de 2002.

4. Apesar do índice de 3,17% ter sido implantado em folha de pagamento em janeiro de 2002, não há como autorizar, nos presentes embargos, a dedução dos valores pagos pela UFRJ, mês a mês, a partir de julho de 2005, por determinação do Juízo da 30ª Vara Federal nos autos da ação coletiva, tendo em vista que a execução embargada refere-se ao que

seria devido aos exequentes entre janeiro de 1995 e junho de 1998, cabendo à UFRJ buscar os meios cabíveis para a interrupção desses pagamentos.

5. Apelação conhecida e improvida.

Sustenta o agravante, em Recurso Especial:

Como visto acima, trata-se de acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que negou provimento ao Recurso de Apelação interposto pelo ora Recorrente, contra a sentença de improcedência dos Embargos à Execução de valores devidos a título de 3,17%, no sentido de que seria devido ao ora Recorrido um valor de R\$ 38.338,84.

(...)

O órgão julgador, como se vê, não acatou a argumentação desta entidade, em sua Apelação e Embargos, onde se sustentou que o Parecer Técnico e os cálculos do Núcleo Executivo de Cálculos e Perícias da Procuradoria Regional da União da 1ª Região gozam de presunção de veracidade e legitimidade, concluindo o órgão oficial e especializado do Poder Público que não estavam sendo compensados com o hipotético crédito dos exequentes os valores recebidos administrativamente após dezembro de 2001, mês a mês, lançados na rubrica DECISÃO JUDICIAL TRAN. JUG. AT., contrariando-se o limite temporal previsto no art. 9º, da Medida Provisória nº 2.225-45/2001.

Contrarrrazões às fls. 583-600, e-STJ.

Sobreveio o juízo de admissibilidade negativo da instância de origem (fl. 607, e-STJ), o que deu ensejo à interposição do presente Agravo (fls. 612-617, e-STJ)

Apresentada contraminuta (fls. 621-645, e-STJ).

É o **relatório**.

**Decido.**

Os autos ingressaram neste Gabinete em 20.11.2019.

A irresignação não merece prosperar.

No presente recurso, a parte agravante deixa de observar a determinação do art. 1.021, § 1º, do CPC/2015, pois não combate os fundamentos do mérito da decisão recorrida, que não conheceu do Agravo em Recurso Especial por incidência da Súmula 7/STJ e ausência de indicação de dispositivos de lei federal.

A iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou a compreensão de que não se conhece de Agravo contra decisão monocrática que não ataca especificamente os fundamentos da decisão recorrida, de forma a demonstrar que o entendimento esposado merece modificação. Assim, não bastam alegações genéricas em sentido contrário às afirmações da decisão agravada.

Dessa forma, a ausência de impugnação especificada faz incidir na

espécie a Súmula 182/STJ, que está em consonância com a redação atual do CPC em seu art. 1.021, § 1º: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Nessa linha, os precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. (PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PORTARIA DO DETRAN QUE INSTITUIU O MANUAL DE PROCEDIMENTO DE REGISTO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS. GRAVAME DE RESERVA DE DOMÍNIO. ANOTAÇÃO QUE SÓ PODE SER CONSIGNADA EM FAVOR DO ANTERIOR PROPRIETÁRIO. EXIGÊNCIA LEGAL. ART. 123, I, DO CTB. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE DE OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SUMULA 282 E 356 DO STF). FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.

1. Revela-se inviável a análise do Agravo Regimental, cuja fundamentação não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada, in casu, a ausência de prequestionamento do dispositivo legal apontado como violado ante a incidência inarredável da Súmula 182 do STJ, que preceitua o seguinte: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada." 2. Agravo Regimental não conhecido. (AgRg no REsp 753.564/SC, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/04/2007, DJ 21/05/2007 p. 545)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. CONTESTAÇÃO NÃO APRECIADA. MEDIDA CAUTELAR. INCIDENTE PROCESSUAL.

1. A ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão agravada torna inviável o agravo regimental. Aplicação da Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça.

1. É manifestamente inadmissível o agravo cujas razões recursais não atacou o fundamento da decisão impugnada, ante à ausência de pressuposto recursal genérico.

2. Incidência da Súmula 182/STJ.

3. Agravo regimental não conhecido. (AgRg no REsp 840.007/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/05/2007, DJ 18/05/2007 p. 319)

CREDITAMENTO DE ICMS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL SÚMULA Nº 07/STJ. ARGUMENTO NÃO REFUTADO. SÚMULA Nº 182/STJ.

I - O agravante, em suas razões recursais, não atacou o da

decisão turmária importaria no óbice da súmula 7/STJ, e verificando que tal fundamento é suficiente de per si para a inadmissão do agravo, tem-se inviabilizado o seguimento do agravo de instrumento, haja vista o teor da súmula 182/STJ.

II - Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 752.308/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/03/2007, DJ 26/04/2007 p. 217)

PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTO INATACADO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 182 E 211/STJ.

1. "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo" (Súmula 211/STJ).

2. "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

3. Agravo regimental improvido. (AGRESP 849.848/PB, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/10/2006, DJ 16/10/2006 p. 355)

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º, e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Por tudo isso, **não conheço do Agravo em Recurso Especial.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Herman Benjamin  
Relator